

#083 | 03 de dezembro de 2023

Análises de Cenários, Ensaaios, Tendências

# A VÍRGULA

Para não errar na interpretação dos fatos políticos



#083

## LULISMO

**Em jogo duplo, presidente ignora PT e ideologia para fugir de fantasmas e sustentar legado**

### VINGADORES 2

Direita sabatina Dino em tom de vingança, mas indicado de Lula deve ser aprovado em meio ao tradicional teatro parlamentar **Pág. 13**

### ARTIGO

Aumento do ICMS: a lógica mesquinha de culpar a Reforma já enfatiza a necessidade da Reforma, analisa o economista Heldo Siqueira **Pág. 17**



## LULISMO | Em jogo duplo, presidente ignora PT e ideologia para fugir de fantasmas e sustentar legado

Demorou 58 dias, um recorde de procrastinação, para fazer o que já era previsto. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) calculou as vantagens para si próprio e indicou o Ministro da Justiça de seu governo, Flávio Dino (PSB-MA), para ocupar uma vaga no STF (Supremo Tribunal Federal). Em espécie de “combão jurídico”, entrou também na roda das indicações o procurador Paulo Gonet para ser o futuro PGR (Procurador-Geral da República). Dino substitui a ex-ministra Rosa Weber. Gonet, Augusto Aras.

Perceba que acima, caro leitor, Lula está entre parênteses não para reforçar que ele é o Luiz Inácio. O parêntese ali significa a tradicional forma no jornalismo de registrar os partidos das figuras públicas.

Pois é, fato marcante e registrado atentamente pelos debatedores do mercado político é que, nesta movimentação, o presidente ignorou o PT – tudo e todos –, que não recomendava nenhum dos dois nomes. As indicações de Luiz Inácio foram tão somente com o objetivo de sustentar o próprio legado, ele mesmo, o lulismo.

Um ponto pouco ou nada comentado pela imprensa no debate do caso é a tendência para 2026. Mesmo que a futurologia na política seja arriscada, Lula não demonstra

## LULISMO | Em jogo duplo, presidente ignora PT e ideologia para fugir de fantasmas e sustentar legado

interesse em passar o bastão nas próximas eleições presidenciais. Eu, eu, eu.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), tem se destacado. Mas vez ou outra é boicotado pelo fogo-amigo e até por declarações (se é que essas não são previamente combinadas) súbitas do presidente.

Lula, é verdade, ficou por 580 dias na prisão, cuja validade foi anulada após um processo jurídico conturbado, politizado e polarizado. Saiu da prisão como inocente e foi eleito pela terceira vez. Entrou para a história como o maior representante da República desde a redemocratização. **E conseguiu derrotar o bolsonarismo em 2022 porque era ele, Lula, capaz de formar uma frente ampla e contornar até o sentimento antipetista dos mais moderados.**

E isso é muito sério. O antipetismo, segundo o ensaísta Francisco Bosco, "é o núcleo social originador da polarização político-afetiva". Lula se apoia no PT, obrigatoriamente fiel, quando precisa travar o combate; e volta para seu sacerdócio quando tem de se afastar do próprio karma.

Na outra ponta, o ex-presidente Jair Bolsonaro (Bolsonaro) caminha com o mesmo ímpeto de não passar o posto de líder principal. Negacionista de carteirinha, nega também o fato de que estar inelegível significar estar inelegível.

## LULISMO | Em jogo duplo, presidente ignora PT e ideologia para fugir de fantasmas e sustentar legado

É oposto a Lula até no movimento que precisa fazer por agora: ao contrário de se afastar do próprio karma, Bolsonaro tenta lembrar a todo momento que o bolsonarismo é ele. Tanto que até se hospeda, quando vai a São Paulo, no Palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista que tem como chefe Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP). Este é presidenciável. E foi eleito para governar São Paulo em 2022 por causa do bolsonarismo.

Voltemos ao atual presidente. Dino e Gonet não agradam ao PT porque o primeiro, entre outros motivos, tem brilho próprio e não é do partido – desde a posse de Lula o ciúme se espalha pela onda vermelha; e Gonet é considerado conservador em suas decisões – já se manifestou contra as políticas de cotas, por exemplo, pauta indiscutivelmente resolvida para a ala progressista. Mas, como ressaltado, no PT o jogo está ganho.

Fora dele, nem tanto. E por isso Lula faz jogo duplo, se defendendo por um lado (medo da Lava Jato), com Dino, e afagando pelo outro, com Gonet. Este último, inclusive, deve ter vida fácil na sabatina do Senado: foi elogiado pela bolsonarista encarnada Bia Kicis (Bolsonaro); e teve apoio dos poderosos Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes. Dino não terá tanta camaradagem pela frente (leia na página 13).

Jogo duplo. Até porque “Lula é ninja, mas não é pra sempre”, como disse o ministro de Empreendedorismo, da Microempresa, e da Empresa de Pequeno Porte,



## LULISMO | Em jogo duplo, presidente ignora PT e ideologia para fugir de fantasmas e sustentar legado

Márcio França – do PSB –, a *O Globo*. O presidente está longe da impopularidade dos ex-presidentes Dilma Rousseff (Lula) e Fernando Collor, mas já conta com o assanhamento de alguns partidos da base – como o PSB – pela sucessão dele. Lula, além disso, só aprovou 18 propostas no Congresso neste primeiro ano do terceiro mandato, a menor média desde Collor.

Difícilmente outra frente ampla, exatamente como a que se deu em 2022, emplaca em 2026. Muitos que queriam votar em Simone Tebet, hoje ministra do desenvolvimento, no 1º turno de 2022, mas votaram em Lula para derrotar Bolsonaro, podem desta vez escolher quem desejam e pulverizar esse voto amplo. Assim, Lula e o lulismo precisam achar outros caminhos, mesmo que “o segundo turno seja diferente”.

## Mulheres

Desde o início deste ano, com a formação ministerial do governo Lula III, *A Vírgula* já aponta a inconsistência do discurso progressista no poder acerca da pluralidade de representação. A falta de mulheres em espaços de comando é uma das principais incoerências, o que ficou ainda mais determinante nos últimos tempos.

Na *edição #036*, em janeiro, apontamos que, de 37 ministros escolhidos para o Governo Federal, apenas 11 eram mulheres. No decorrer de 2023, o presidencialismo

## LULISMO | Em jogo duplo, presidente ignora PT e ideologia para fugir de fantasmas e sustentar legado

de coalizão mostrou suas garras e, para o presidente contemplar o centrão, esse número caiu: a **edição #073** mostrou que, de 11, restaram apenas 9 ministras. Além disso, revelamos a disparidade de gênero no alto escalão da Justiça e do Executivo capixabas. São 20 homens para cinco mulheres nas secretarias estaduais; e 25 homens para cinco mulheres na distribuição de desembargadores no ES.

Na mesma publicação, trouxemos entrevista exclusiva com a primeira mulher negra a ser ministra do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Edilene Lôbo, que questionou: "A igualdade só será alcançada verdadeiramente quando a posse de uma mulher como eu deixar de ser simbólica".

Um pouco antes, na **edição #067**, artigo da procuradora Elisângela Melo levantou o tema de que a indicação de Lula ao STF – essa de Dino – seria a chance de o presidente "cumprir compromisso assumido em seu discurso de posse".

E, na **edição #072**, demonstramos a flexibilização da cota de gênero com a minirreforma de 2023 aprovada no Congresso, bem como probabilidade, como aconteceu, de Lula ignorar o apelo de muitos que o apoiaram: a indicação de uma mulher negra ao STF.

O lulismo, portanto, suprimiu o discurso e a ideologia. Resta agora ao presidente, e mesmo assim com certa dificuldade, colocar uma mulher no lugar de Dino para

## LULISMO | Em jogo duplo, presidente ignora PT e ideologia para fugir de fantasmas e sustentar legado

comandar o Ministério da Justiça, envolto por discussões de desmembramentos e a velocidade de tal sucessão. De qualquer forma, indicar uma mulher, mais uma vez, seria apenas para compensar uma outra decisão.



### Flávio Dino

Formado pela UFMA (Universidade Federal do Maranhão) em 1991, Flávio Dino de Castro e Costa foi advogado, professor de Direito e juiz federal entre 1994 e 2006. Neste ano, foi eleito deputado federal pelo Maranhão, no PC do B, e ficou no mandato até 2010. Em 2014 foi eleito governador do Maranhão e reeleito em 2018, ambas as empreitadas com vitória em primeiro turno. Em 2022, Dino foi eleito senador pelo PSB, mas foi convidado pelo Lula para assumir o Ministério da Justiça.



### Paulo Gonet

Paulo Gustavo Gonet Branco tem 62 anos e atua, desde julho de 2021, como representante do Ministério Público Eleitoral nos processos que tramitam no Tribunal Superior Eleitoral (STE). Graduado em Direito pela Universidade de Brasília, ingressou na carreira do Ministério Público Federal em 1987, como procurador da República, responsável por processos na primeira instância da Justiça Federal. É professor de Direito no Instituto Brasiliense de Direito Público e próximo dos ministros do STF Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes.



**LULISMO | Em jogo duplo, presidente ignora PT e ideologia para fugir de fantasmas e sustentar legado**

**Posições, decisões e processos que podem ser herdados por Dino e Gonet**

## Flávio Dino

### Posições e decisões

- **DILMA**

Como governador, Dino foi um dos principais opositores ao processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Ele assumiu uma frente de 16 governadores que assinaram um manifesto pela permanência da presidente.

- **SEM ARMAS**

Como Ministro da Justiça, Dino se destacou pelo discurso anti-armamentista. Editou série de medidas para restringir o armamento civil no país, contrapondo-se à política do ex-presidente Jair Bolsonaro. O posicionamento o tornou alvo de oposição ferrenha da bancada do PL e de demais bolsonaristas.

- **8 DE JANEIRO**

O ministro também ganhou visibilidade, para o bem e para o mal, na resposta aos atos antidemocráticos de 8 de janeiro. Alertou o governador Ibaneiz Rocha (DF) sobre os riscos de ataques e ofereceu reforço da Força Nacional de Segurança; mas é constantemente acusado por bolsonaristas de ter negligenciado a prevenção às ações violentas daquele dia. Foi firme em seus discursos na repreensão aos atos.



**LULISMO | Em jogo duplo, presidente ignora PT e ideologia para fugir de fantasmas e sustentar legado**

## Paulo Gonet

### Posições e decisões

- **CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO**

Em 2011, Gonet escreveu dois artigos em que se posiciona contra a descriminalização do aborto e que foram publicados pelo Observatório da Jurisdição Constitucional, do Instituto Brasiliense de Direito Público, do qual foi sócio com Gilmar Mendes.

- **CONTRA AS COTAS**

Em artigo escrito em 2022, Gonet traça um paralelo entre o que chama de discriminação reversa e a política de cotas. O subprocurador explica que o que caracteriza a discriminação reversa é a circunstância de que o favorecimento de um grupo implica, necessária e imediatamente, a evidente exclusão de outro.

- **PRISÃO DE MARCELO ODEBRECHT**

Durante sessão da Segunda Turma do STF, em abril de 2016, Gonet reiterou um parecer da PGR que sustentava que Marcelo Odebrecht continuou praticando graves crimes, mesmo após o início das investigações e ações penais.

- **ARTHUR LIRA: RÉU POR CORRUPÇÃO PASSIVA**

A Primeira Turma tornou réu em outubro de 2019 o deputado Arthur Lira (PP-AL) pelo crime de corrupção passiva por supostamente ter aceitado propina de R\$ 106 mil em troca de garantir apoio para manter no cargo o então diretor-presidente da Companhia Brasileira de Transportes Urbanos

## LULISMO | Em jogo duplo, presidente ignora PT e ideologia para fugir de fantasmas e sustentar legado

### Paulo Gonet

Francisco Carlos Caballero Colombo. A denúncia foi assinada pela então procuradora-geral Raquel Dodge. Gonet defendeu em nome da PGR que a denúncia não se baseia apenas em relatos de delatores, mas reúne documentos que corroboram a acusação. Ele citou registros telefônicos, mensagens e depoimentos de pessoas próximas.

- **BOLSONARO INELEGÍVEL**

Ao defender a inelegibilidade de Jair Bolsonaro pela famosa reunião com embaixadores, o vice-procurador-geral Eleitoral afirmou que o discurso do então presidente representou um ataque às instituições eleitorais com objetivo de abalar a confiança do eleitorado. Segundo ele, Bolsonaro mobilizou parcelas da população contra o sistema eleitoral. Na outra ação que levou à inelegibilidade de Bolsonaro, Gonet considerou que houve uma fusão intencional do evento de Sete de Setembro custeado pelo governo com os atos de campanha e que essa confusão teve o objetivo de promover a reeleição do então presidente.



**LULISMO | Em jogo duplo, presidente ignora PT e ideologia para fugir de fantasmas e sustentar legado**

## Flávio Dino

### Herança

- **CPI DA COVID**

Dino herda investigações preliminares instaladas a partir da CPI da Covid. Bolsonaro e aliados, como ex-ministros e parlamentares, são investigados por suposta incitação ao crime. Ainda há pedidos de investigações contra deputados opositores, como Gustavo Gayer (PL-GO) e Zucco (PL-GO).

- **INDULTO NATALINO DE BOLSONARO**

Definição sobre ação apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra trecho do último decreto de indulto natalino de Bolsonaro, que beneficiou pessoas condenadas a penas menores de cinco anos.

- **EMPRESAS**

Ação que discute se o regime de recuperação judicial de empresas privadas se aplica às empresas públicas.

**LULISMO | Em jogo duplo, presidente ignora PT e ideologia para fugir de fantasmas e sustentar legado**

## Paulo Gonet

### Herança

- **CPI DO 8 DE JANEIRO**

O relatório da CPI já foi entregue à Procuradora-Geral da República interina, Elizeta Ramos, pela senadora Eliziane Gama (PSD-MA) e outros integrantes da comissão. O relatório indiciou 61 pessoas, inclusive o ex-presidente Jair Bolsonaro. Cabe agora à PGR decidir se dará andamento aos casos relatados ao colegiado.

- **ABIN**

Sobre investigações que apuram suposto monitoramento ilegal de celulares por servidores da Abin (Agência Brasileira de Inteligência), os próximos passos do STF devem ser dados pela nova equipe da PGR. Antes, o ex-PGR Augusto Aras tinha pedido o arquivamento do caso.

- **MAURO CID**

Precisará passar pela análise da PGR a delação feita pelo ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, o tenente-coronel Mauro Cid. O acordo, firmado pela Polícia Federal, não teve o aval do Ministério Público. Em declarações feitas à imprensa, o coordenador da parte criminal, Carlos Frederico, criticou o conteúdo da delação. Portanto, há expectativas quanto à atuação da nova administração diante do caso.





# Avengers, Assemble?

Sabatina de Dino promete espetáculo e tom de vingança

**AVENGERS, ASSEMBLE?****Sabatina de Dino promete espetáculo e tom de vingança**

Seja qual for a verdade do que é o bem ou o mal na política brasileira, a sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, aquela que vai inquirir Flávio Dino no dia 13 de dezembro por sua indicação ao STF, promete ingredientes teatrais e combativos inerentes à polarização destes tempos.

Desta vez, o capítulo deve ser um pouco diferente. A ala bolsonarista está mordida com os sucessivos confrontos durante o ano com o ainda Ministro da Justiça. Dino, já chamado à mesma CCJ, usou o ataque como a melhor defesa e, dentro do tom exasperado da atual direita, afugentou adversários com respostas e declarações midiáticas.

Recebeu até o apelido de “ministro lacrador”. Na CCJ, foi questionado pelo deputado bolsonarista André Fernandes (PL-CE) sobre “277 processos” a que responde, segundo consta no JusBrasil. O parlamentar tomou invertida de Dino: “Essa informação se insere mais ou menos no mesmo continente mental de quem acha que a terra é plana”, disparou.

Em embate com o senador capixaba Marcos Do Val (Podemos), o indicado ao STF por Lula fez a alegria das redes sociais: “Se o senhor é da Swat, eu sou dos vingadores”.



**AVENGERS, ASSEMBLE?****Sabatina de Dino promete espetáculo e tom de vingança**

Agora, o bolsonarismo se prepara para contra-atacar. Como contou a colunista Malu Gaspar em *O Globo*, “o principal objetivo é explorar o temperamento mais belicoso de Dino e tirá-lo do sério, provocando respostas que possam prejudicá-lo na votação em plenário”.

Dentro do contexto, a estratégia, continua Malu, elegeu temas como “o aumento dos índices de criminalidade no Maranhão durante a gestão Dino (2015-2022) e a crise de Segurança Pública nacional atual, um dos calcanhares de Aquiles da administração lulista”.

Outro ponto forte de confronto será a tentativa de associar Dino ao crime organizado, por conta da revelação do Estadão de que a esposa de um integrante do Comando Vermelho esteve em duas reuniões na sede do Ministério da Justiça.

O indicado ao STF, entretanto, começou a tradicional peregrinação em busca de votos no Senado e já tem mostrado discurso mais ameno, no tom e nas expressões. Com calma, tenta passar com objetividade que vestir a toga requer mudança natural de postura, uma que seria absolutamente focada em condutas coerentes com um ministro da Corte, e não mais dentro do jogo político. Flávio Dino precisa ter votos e vai contar muitas vezes até 10 para não se exaltar.

**AVENGERS, ASSEMBLE?****Sabatina de Dino promete espetáculo e tom de vingança**

Tais mudanças de postura já aconteceram em diversos momentos da política, muito perceptíveis em um representante que migra do Parlamento para o Executivo. Mas estes tempos apontam para um judiciário cada vez mais político, afirmação flagrantemente sustentada a partir do contexto das últimas indicações e da clara ingerência política, para o bem ou para o mal, de nomes como Alexandre de Moraes.

Ou Gilmar Mendes, furioso com o avanço no Congresso da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que limita o poder dos ministros da Corte de conceder decisões monocráticas para derrubar atos do Executivo e do Legislativo, a famosa PEC do Supremo. O assunto pode também ser abordado na sabatina pelos bolsonaristas, turma anti-STF.

A continuidade de Os Vingadores deve ser exibida em 13 de dezembro, com Ibope para a TV Senado, escudos e raios digitais e emoção para quem gosta de espetáculo. Dino, mesmo com certa dificuldade, deve vencer o que para ele interessa. A ver a performance da ala bolsonarista.





■ ARTIGO

# Aumento do ICMS: mesquinhez paradoxal e a necessidade da Reforma Tributária



**Heldo Siqueira**

Mestre em economia pela  
Universidade Federal do ES (Ufes)

## **Aumento do ICMS: mesquinhez paradoxal e a necessidade da Reforma Tributária**

O consenso que existe entre os diversos analistas tributários brasileiros sobre a necessidade de uma Reforma Tributária se esvazia rapidamente quando o debate parte para qual seria o modelo ideal. Não à toa o regime tributário vigente é de 1966 (Lei 5.172/1966), período de Ditadura Militar, e nenhum governo pós-redemocratização se atreveu a mexer profundamente no tema sob o regime democrático.

Entre todas as polêmicas envolvendo a Reforma deste sistema, certamente a mais aguda refere-se ao Imposto sobre ICMS (Circulação de Mercadorias e Serviços), cobrado pelos Estados. Este é provavelmente o ponto mais importante na revisão que está em debate na Câmara Federal e de mais difícil acerto. Afinal, os governadores de Estado e senadores são forças políticas importantes e não podem ser desconsideradas em qualquer gestão federal. Mesmo assim, o debate está tornando clara a lógica de disputa entre os entes federativos que a reforma quer extinguir.

A lógica do ICMS é fazer retornar a cobrança para o local de produção. Para tanto, o fato gerador se dá na localidade onde há a produção do bem. Essa concepção traz um problema, pois os territórios que devem lidar com a infraestrutura para abrigar o consumo dos bens e serviços, além de sua destinação final, não ficam com a maior parte do bolo tributário. Em meados dos anos 1960, o objetivo era dotar os estados que fossem sede



## **Aumento do ICMS: mesquinhez paradoxal e a necessidade da Reforma Tributária**

da indústria das condições econômicas para gerar a infraestrutura para abrigá-la.

O imposto ainda traz outra fonte de desvios à lógica econômica, esta possivelmente ainda mais grave. As indústrias têm incentivos econômicos naturais para localizarem-se perto das fontes de insumos ou dos mercados consumidores. Este fato ocorre por economizar-se na logística do transporte das mercadorias.

Quando o sistema foi pensado, dificilmente um incentivo tributário poderia se opor aos incentivos econômicos sem que houvesse um robusto investimento em infraestrutura que viabilizasse os setores econômicos nascentes. Contudo, conforme houve o desenvolvimento das regiões mais pobres do país, as diferenças de alíquotas tornaram-se vantagens efetivas à localização das empresas. Assim, por um lado há uma disputa entre os diversos estados para oferecer incentivos às indústrias e, por outro lado, a localização em regiões que não necessariamente são as mais propícias.

Por trás dessa racionalidade diversos interesses se consolidaram. Os maiores estados industriais do país, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná, são aqueles que temem pela mudança do regime tributário. Ou seja, não permitirão que ocorra sem que tenham certeza plena de que as mudanças não afetarão suas receitas.

## Aumento do ICMS: mesquinhez paradoxal e a necessidade da Reforma Tributária

Por outro lado, estados que fornecem benefícios na tributação para manter grandes empresas em seus territórios também se colocam reticentes com a impossibilidade de fazê-lo. Nos bastidores desse debate, há ainda as empresas que se organizaram sob a lógica da tributação, com terceirizações de partes da produção buscando menores alíquotas, mudanças de localização e diversas formas de mudança nos produtos para a minimização do pagamento do imposto.

A Reforma cria o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) que será cobrado no local de consumo dos bens e serviços, com desconto nas fases anteriores da produção. Além disso, como uma parcela do Imposto vai ser gerido pela União, e não mais por estados e municípios, diminui-se a autonomia e a possibilidade de atração de investimentos por diminuição das alíquotas. O fato de ser cobrado no consumo tende a diminuir a arrecadação de Estados que já se encontram em dificuldade financeira, casos de Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, e diminuir a autonomia de São Paulo e Paraná.

Para mitigar estes efeitos, sugeriu-se uma transição que fará com que o bolo tributário que será administrado pela União seja dividido com base na receita tributária dos últimos anos. Pela regra, entre 2029 e 2032, 90% do montante arrecadado será distribuído com base nas participações do período entre 2024 e 2028. Ou



## **Aumento do ICMS: mesquinhez paradoxal e a necessidade da Reforma Tributária**

seja, aqueles estados que arrecadarem mais nesses anos terão uma parte maior do montante de tributos arrecadado. Essa regra provoca um incentivo à ampliação da arrecadação por parte dos estados, em parte aumentando alíquotas de impostos, em outra com incentivos à recuperação de créditos.

Trata-se de um elemento ainda mais grave, pois seus efeitos perdurarão até 2078, quando haverá a efetiva extinção dos efeitos do ICMS.

Não por acaso os estados citados lideraram o aumento de suas alíquotas de ICMS para 19,5%. Aqueles outros 5 mais industrializados somou-se a presença do Espírito Santo, que também aderiu aos mais ricos nessa empreitada. Segundo a Receita Federal, a iniciativa não faz sentido, pois os Estados ainda poderiam definir o IBS de maneira que pudessem preservar suas receitas entre 2024 e 2028. Mesmo assim, o aumento do novo imposto não poderia ser feito sem que houvesse a divergência dos setores econômicos que sustentam as forças políticas desses estados.

Essa disputa representa uma face da lógica que a Reforma Tributária quer extinguir. Não há preocupação com o desenvolvimento nacional ou mesmo com os setores econômicos que suportam as forças políticas, mas apenas com a realidade da disputa circunstancial, de manutenção das receitas. Ou seja, criou-se o álibi

## Aumento do ICMS: mesquinhez paradoxal e a necessidade da Reforma Tributária

ideal para a ampliação da arrecadação de impostos, tendo em vista que se culpa a Reforma Tributária e não a iniciativa dos líderes políticos locais de aumentar a arrecadação sem que essa medida pareça desfavorável. Ou seja, as disputas pela Reforma Tributária geraram um paradoxo em que a própria lógica mesquinha enfatiza a necessidade da Reforma.





# A VÍRGULA #083

Boletim semanal produzido por  
**Fernando Carreiro**  
*Imagem Comunicação Inteligência*



**Fernando Carreiro**  
Diretor Editorial

Com textos, análises e colaboração de:



**Felipe Izar Xavier**  
Editor-Executivo



**Marcelo Siano Lima**  
Consultor



**Rodrigo Medeiros**  
Colaborador

Confira todo nosso acervo em  
[www.fernandocarreiro.com.br/avirgula](http://www.fernandocarreiro.com.br/avirgula)